



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34111

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 DEZ. 2011

1º Secretário

Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

Art. 1º - Fica revogado o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2011

Valdir Rossoni  
Presidente

Plauto Miró Guimarães  
1º Secretário

Renê Perelra  
2º Secretário



### JUSTIFICATIVA

A revogação que se pretende, mediante a presente proposição de Projeto de Resolução, justifica-se ante a exiguidade do prazo previsto na Resolução 003/2004, para a apresentação dos comprovantes de despesa ocorridas no mês de dezembro, decorrentes do exercício da atividade parlamentar e passíveis de ressarcimento.

Com a revogação do dispositivo que previa a apresentação dos comprovantes de despesa até o dia 10 do mês de dezembro, os parlamentares terão o tempo hábil necessário para apurar as despesas ocorridas no mês, sem prejuízo da necessária verificação das mesmas em face das normas financeiras que regem a aplicação dos recursos públicos.

*Luiz*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/11**

Projeto de Resolução nº 034/11  
Autor: Comissão Executiva

**Súmula:** Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**EMENTA:** REVOGA O ARTIGO 19 DA RESOLUÇÃO Nº 003 DE 15 DE MARÇO DE 2004 QUE REGULAMENTA A VERBA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR. INICIATIVA PRIVATIVA DA MESA EXECUTIVA POSSIBILIDADE ARTS. 18, II, III, "b", DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva objetiva revogar o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33** – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

**§ 2º** À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No entanto, o Regimento Interno desta Casa de Leis enuncia que à Mesa Executiva compete administrar a Assembleia Legislativa e iniciar o processo legislativo quando se refere a organização dos serviços administrativos:

**Art. 18.** À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

(...)

II – administrar a Assembleia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nas seguintes casos:

b) organização dos serviços administrativos;

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 54.** Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**

Relator



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 034/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas o Projeto de Resolução nº. 034/2011, da Mesa Executiva desta Casa de Leis, que revoga o Artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, regulamentando a verba de ressarcimento das despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

Analisada a matéria proposta, este relator entende que o Projeto de Resolução acima, além da revogação do Artigo 19, da Resolução nº 003/2004, necessita de uma Emenda Modificativa para delimitar os prazos, conforme anexo.

Isto posto, este Relator é pela aprovação do presente Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO

Sala das Comissões em, 12 de dezembro de 2011

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator

Am. Am. 981 X



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Antônio Kfury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº. 034/2011

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução nº. 034/2011, altera a redação do seu artigo 1º., de modo a dar nova redação ao artigo 19 da norma referida, conforme segue:

“ Art. 19.- O requerimento de ressarcimento das despesas ocorridas no mês de dezembro, deverá, na forma do artigo 5º. desta Resolução, ser apresentado até o 5º. (quinto) dia útil da Sessão Legislativa subsequente.”

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011

DEPUTADO DUILIO GENARI  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
Relator



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa, complementando à necessária correção proposta mediante a apresentação do Projeto de Resolução nº. 034/2011, no tocante ao prazo extremamente exíguo previsto na Resolução 003/2004, para efeito de apresentação do pedido de ressarcimento das despesas ocorridas no mês de dezembro, vem estabelecer um prazo hábil e compatível com o fechamento das despesas realizadas no último mês de cada ano.

Para esse fim, o prazo que se estabelece é o 5º. (quinto) dia útil da Sessão Legislativa, ou seja, o quinto dia útil contado a partir do dia 02 (dois) de fevereiro de cada exercício, pois esta é a data estabelecida na Constituição do Estado do Paraná e no Regimento Interno desta Casa, para o início dos trabalhos de cada Sessão Legislativa (Artigo 61 da Constituição Estadual e Artigo 2º, inciso I do Regimento Interno).

**DEPUTADO DULIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator



## RESOLUÇÃO Nº 019/11


Revoga o art. 19 da Resolução 003, de 15 de março 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica revogado o art. 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 14 de dezembro de 2011.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente



Resolução nº 019/11 – fls.02.

### JUSTIFICATIVA

A revogação que se pretende, mediante a presente proposição de Projeto de Resolução, justifica-se ante a exiguidade do prazo previsto na Resolução 003/2004, para a apresentação dos comprovantes de despesa ocorridas no mês de dezembro, decorrentes do exercício da atividade parlamentar e passíveis de ressarcimento.

Com a revogação do dispositivo que previa a apresentação dos comprovantes de despesa até o dia 10 do mês de dezembro, os parlamentares terão o tempo hábil necessário para apurar as despesas ocorridas no mês, sem prejuízo da necessária verificação das mesmas em face das normas financeiras que regem a aplicação dos recursos públicos.



# RESOLUÇÃO Nº 033/11

Revoga o art. 19 da Resolução 003, de 13 de março de 2004, que regulamentava o verbo de rascunho tirado de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, em termos do artigo 19 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica revogada o art. 19 da Resolução 003, de 13 de março de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia de sua publicação.

Pátio do Palácio do Paraná, em 14 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

40770011

Parcerias Controladas - aprovada. Alteração e Depoimento de Fernando Scavone

## 01- PROJETO DE LEI Nº 87/11

Autor: Dep. Luis Eduardo Cielie

Dispõe sobre o controle financeiro da população de elite e gatilho no estado do Paraná e sobre outras providências.

NOVO RELATOR: DEPUTADO SILVESTRE FILHO

Parcerias Adotada pelo Relator.

## 02- PROJETO DE LEI Nº 88/11

Autor: Dep. Marcelo Rossetti

Institui o programa "grêmios e cidadania" no âmbito do estado do Paraná.

RELATOR: DEPUTADO VENERI

Parcerias Adotada pelo Relator.

Calisto F. Gordin

Coordenador Administrativo

Deputado Nelson Junior

Presidente

40770011

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ante a realização de mais de quatro mil e oitenta, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, às 14h00 horas, foi realizada Audiência Pública sobre as Condições de Trabalho dos Agentes da Segurança Pública no Estado do Paraná. O Senhor Deputado Tadeu Veneri, Presidente desta Comissão, abriu a reunião apresentando a composição da Mesa, com a presença dos Senhores Deputados Pastor Edson Pracyk e Professor Lacerda, e dos Senhores Dr. Paulo Sérgio Montenegro de Lima - representando o Dr. Olyne de São João Mateo Neto - Ministério Público; o Senador Estadual Jacélio Simões Junior - representando o Conselho Nacional Wilson Donadello, Comandante do Corpo de Bombeiros; André Luis Ostrowski - Presidente do SINDICAPOL; Mário César Monteiro - representando o SINDISSEC; Eustáquio Dias - representando a AMAJ; Eymar Fabiano Borral, representando o SINDPOL; Sargento Ovídio Farias Nova, representando a APRJ; José Roberto Nova, representando o SINDASPEN. Logo após, o Senhor Presidente passou a palavra aos participantes da Mesa, que fizeram suas explanações quanto às condições de trabalho e que estão submetidos os policiais militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários, educadores sociais, policiais militares e civis. Em seguida, o Deputado Tadeu Veneri deu início ao debate para que fossem realizadas perguntas e respostas pelos senhores presentes. Em seguida apresentando como sugestão à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa, a criação de um Fórum Permanente de Segurança Pública e Direitos Humanos para investigar as denúncias e acompanhar os trabalhos dos agentes da segurança pública no Estado do Paraná. A isto seguiu o Senhor Veneri, para que seja representada presença de lei para o combate do Assédio Moral; realização de concurso público e aquisição do quadro efetivo, respectivo para os trabalhadores da segurança pública, valorização dos trabalhadores, pagamento de horas extras, lei para aplicação imediata de greve 25% plano de carreira dos educadores, buscar a solução dos problemas de escolas em todos os municípios; combater os delitos de furtos que estão sendo hoje observados nas instituições educacionais, organizações do trabalho. O Senhor Presidente afirmou o compromisso em nome desta Comissão, em realizar Audiências Públicas em todos os municípios do Estado sobre este tema. Para encerrar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de Mesa, dos senhores deputados e dos demais presentes à Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu encerramento à presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será autuada pelo Senhor Presidente e por mim, Luis Rosa, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

LUIS ROSA

Secretário

40770011

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ante a realização de mais de quatro mil e oitenta, no Auditório do Campus Santa Cruz da Universidade Estadual do Centro Oeste, em União da Vitória, às 19h00 horas, foi realizada Audiência Pública, para discutir sobre as Condições de Trabalho e Evolução da Docência na Universidade. O Senhor Deputado Tadeu Veneri, Presidente desta Comissão, abriu a reunião apresentando a composição da Mesa, com a presença do Magnífico Reitor Vítor Hugo Zaveri, Prof. Marcos Aurélio Machado Fernandes, presidente da Associação (Sindicato dos Docentes da Universidade), Prof. Denay Wilson de Silva, representando o ANDRESIM. Logo após, o Senhor Presidente passou a palavra aos participantes da Mesa, que fizeram suas explanações quanto à importância de uma política pública que permita conciliar e garantir condições para que seja realizada a educação dos docentes e pesquisadores no meio acadêmico paranaense. Na audiência pública foram analisados os motivos pelos quais vem havendo evasão significativa de docentes da Universidade para outras universidades, notadamente para as universidades federais. Essa evasão tem causado desequilíbrio no ensino de graduação e pós-graduação. A realidade da produção tem causado impacto negativo sobre as linhas de pesquisa de universidades e afetado a melhoria dos conteúdos dos cursos de graduação e pós-graduação. Também foi abordada a questão das condições físicas dos professores, que levam ao adoecimento dos docentes em função da re-

## 1 Comissões Permanentes

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA Nº 13 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 17ª LEGISLATURA Tratando de Projetos

Sessão Extraordinária de 14 de dezembro de 2011

Deputados Presentes: Nelson Junior, Celso Quintana, Herman Romão Junior, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Danilo Guterri, Fernando Scavone, Ademar Triaes, Elói Rangel, César Silvestre Filho e Bráulio Antez.

#### 01- EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 87/11 - Mensagem 17/11

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre normas para seleção e contratação de pessoal público-privado do Paraná (Paraná Parcerias) e de outras providências.

RELATOR: DEPUTADO ADEMAR TRIAS

Parcerias Parcial - aprovada.

#### 02- 51 EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 90/11 - Mensagem 17/11

Autor: Poder Executivo

Regulamenta o artigo 19 da Constituição e estabelece políticas parcerias.

RELATOR: DEPUTADO NEREU MOURA - Deputado em 14/12/11

Parcerias Parcial - aprovada na forma da subemenda substitutiva geral.

#### 03- 13 EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 94/11 - Mensagem 18/11

Autor: Poder Executivo

Institui o serviço auxiliar voluntário na Polícia Militar do Paraná.

RELATOR: DEPUTADO ALEXANDRE CURI

Parcerias Parcial - aprovada.

#### 04- EMENDA DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 95/11 - Mensagem 18/11

Autor: Poder Executivo

Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE, e Fundo Estadual de Cultura - FEC e outras outras providências.

RELATOR: DEPUTADO SILVESTRE FILHO

Parcerias Parcial - aprovada.

#### 05- PROJETO DE LEI Nº 88/11 - RETORNO DE DELEGÂNCIA

Autor: Dep. Luis Eduardo Cielie

Institui o Programa Estadual de Gestão Distribuída com ênfase ambiental GDEP no Estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEPUTADO VENERI

Parcerias Parcial - aprovada na forma da Substitutiva Geral.

#### 06- PROJETO DE LEI Nº 90/11

Autor: Dep. Nelson Lacerda

Propõe a implantação de Sistema de Justiça Adaptada em todo o estado do Paraná e outras outras providências.

RELATOR: DEPUTADO VENERI





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**17ª Legislatura – 1ª Seção Legislativa**



**Informação nº: 007/2012-DL**

Curitiba, 23 de janeiro de 2012.

**Senhor Diretor,**

Verificando o trâmite do Projeto de Resolução nº 034/2011, de autoria da Comissão Executiva, o qual deu origem a Resolução nº 019/2011, de 14 de dezembro de 2011, observamos que a Comissão de Tomada de Contas, ao apreciar a proposição original, apresentou Parecer favorável com Emenda Modificativa.

Ocorre que esta Emenda não foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e, nem tão pouco, pelo Plenário, quando a Proposição foi analisada na Ordem do Dia.


Assim, informamos que, a Resolução nº 19/2011, promulgada, em 14 de dezembro de 2011, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, não está adequada, padecendo de vício processual que deve ser corrigido.

  
**Maria Henrique de Paula**  
Mat. 40.668

1. Ciente.

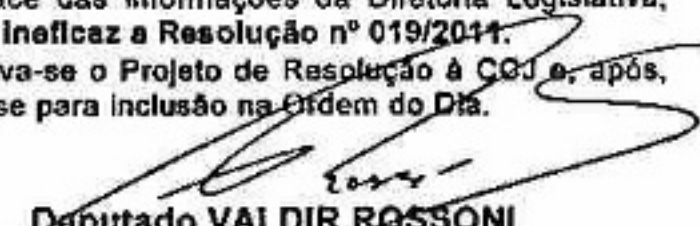
2. Entendo que a Resolução publicada deva ser declarada ineficaz, retomando-se a tramitação do projeto.

Desse modo, encaminho-se o presente expediente para a apreciação do Presidente desta Casa, sobre o assunto em tela.

  
**MAURO RIBEIRO BORGES**  
Diretor Legislativo

1. Em face das informações da Diretoria Legislativa, declaro ineficaz a Resolução nº 019/2011.

2. Devolva-se o Projeto de Resolução à COJ e, após, retorne-se para inclusão na Ordem do Dia.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/11**

**Projeto de Resolução nº 034/11**

**Autor da emenda: Comissão de Tomada de Contas.**

**Súmula:** Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Resolução nº 034/2011, de modo a dar nova redação ao artigo 19 da Resolução nº 003 de 15 de março de 2004.

**EMENTA:** OBJETIVA ALTERAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE RESOLUÇÃO 034/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Resolução em análise, de autoria da Comissão Executiva, objetiva alterar a redação do artigo 1º do Projeto de Resolução nº 034/2011, de modo a dar nova redação ao artigo 19 da Resolução nº 003 de 15 de março de 2004, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Elio Rusch.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, na Comissão de Tomada de Contas desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria dos membros da referida Comissão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Tomada de Contas.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grito nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Deste modo, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



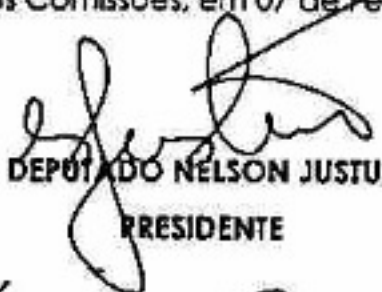
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa, proposta pela Comissão de Tomada de Contas, em virtude de sua legalidade.

Sala das Comissões, em 07 de Fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 02

**GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI**

**PROJETO DE LEI Nº 564/11**



**Súmula: DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE QUE OS MERCADOS E SUPERMERCADOS DISPONHAM OS PRODUTOS DIETS E LIGHTS EM LOCAIS TOTALMENTE SEPARADOS E COM INDICAÇÕES TOTALMENTE VISÍVEIS.**

Art. 1º - Os mercados, supermercados e demais estabelecimentos comerciais que comercializam alimentos no Estado do Paraná ficam obrigados a dispor os produtos lights em locais totalmente separados dos produtos diets.

Art. 2º - Os locais onde estiverem dispostos os produtos mencionados no artigo 1º deverão conter indicações dos produtos em letras grandes e locais totalmente visíveis.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2011.

  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



JUSTIFICATIVA: Há um grande número de diabéticos em nossa população, os quais se não tiverem uma alimentação totalmente balanceada com baixas calorias e pouca adição de açúcares, podem vir a sofrer consequências irreversíveis em seu estado de saúde.

Os produtos lights sempre estão dispostos nos mercados e supermercados próximos aos produtos diets e a grande maioria dos diabéticos sofrem de problemas de visão, tendo grandes dificuldades de ler rótulos e letras pequenas, o que muitas vezes os leva a adquirir produtos lights acreditando se tratarem de produtos diets.

Importante ressaltar que os produtos lights não foram produzidos para diabéticos, pois quase todos contêm açúcar, ainda que em quantidade reduzida, o que pode prejudicar o quadro clínico de um diabético que consuma tais produtos por engano.

Desta forma vem a presente lei, ténar preservar os direitos dos diabéticos de terem informações claras sobre os produtos que estarão consumindo.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER

Projeto de Lei nº 564/11  
Autor: Deputado Roberto Acioli

*Súmula: Determina a obrigatoriedade de que os mercados e supermercados disponham os produtos diets e lights em locais totalmente separados e com indicações totalmente visíveis.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Roberto Acioli, visa tornar obrigatório aos mercados e supermercados a disposição dos produtos lights em locais separados dos produtos diets, com a respectiva indicação em letras grandes e locais totalmente visíveis.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, insta ressaltar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria em apreço, observa-se que o pretendido objeto da lei é no sentido de que os mercados e supermercados fiquem obrigados a dispor os produtos lights separados dos produtos diets. Conforme justificativa do autor, tais produtos sempre estão muito próximos, podendo acarretar confusão entre os consumidores que necessitam do produto específico, especialmente, os diabéticos.

Nesse sentido, insta salientar a competência legislativa dos Estados na proteção da saúde e do consumo, atribuída pela Constituição da República. Veja-se:



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*[...]*

*V - produção e consumo;*

*[...]*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

Dessa forma, certo da ilibada competência para legislar acerca da matéria, e para maior segurança na análise, baixou-se em diligência para a Secretaria de Estado da Saúde, que apresentou parecer contendo as definições dos alimentos *diet* e *light*, e ressaltando o dever dos portadores de enfermidades sobre a leitura dos rótulos dos alimentos, conforme Manual de Orientações aos Consumidores – Educação para o Consumo Saudável da ANVISA.

Cumpra destacar, ainda, as considerações do respeitável parecer, fundamentadas no mesmo Manual, referentes aos portadores de Diabetes Mellitus: os mesmos "devem prestar atenção aos alimentos com açúcares em sua composição, sendo ele *diet* ou *light*. Os produtos *diet* destinados para dietas com restrição de carboidratos, dietas com restrição de gorduras e dietas de ingestão controlada de açúcares devem conter a seguinte advertência: "Diabéticos: contém (especificar o mono e/ou dissacarídeo – glicose/frutose/sacarose)", caso contenham esses açúcares." (grifamos)

Ademais, cumpre salientar que o assunto já se encontra disciplinado através da Lei nº 16.496, publicada no Diário Oficial nº 8219, de 12 de maio de 2010, que assim dispõe:

**Súmula:** Dispõe que os estabelecimentos que especifica deverão acomodar, para exibição em espaço único, específico e de destaque, produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, intolerantes à lactose e com doença celíaca.

**Art. 1º.** Os mercados, supermercados, hipermercados ou estabelecimentos similares que mantenham mais de três caixas registradoras para atendimento



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



aos consumidores deverão acomodar, para exibição em espaço único, específico e de destaque, produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, intolerantes à lactose e com doença celíaca.

*Art. 2º. A infração à disposições da presente lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dobrada em caso de reincidência, observadas a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a sua conduta e o resultado produzido, de acordo com o critério da proporcionalidade e razoabilidade.*

*Parágrafo único. A multa de que trata o "caput" deste artigo será atualizada anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro índice criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.*

*Art. 3º. O Poder Executivo regulará a presente lei.*

*Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação próprias.*

*Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

Observa-se pelo teor legislativo a previsão de regras para os mercados, supermercados, hipermercados ou estabelecimentos similares, para acomodar em espaço único, específico e de destaque, os produtos recomendados para pessoas com diabetes. Diante disso, a matéria já está disciplinada em lei que se encontra em vigor, o que infringe o disposto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98 que veda a previsão do mesmo assunto por mais de uma lei. Veja-se:

*Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

*IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. (grifo nosso)*



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

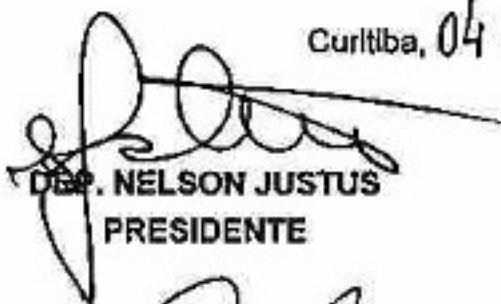



Dessa forma, como o projeto em tela sequer faz menção à norma pré-existente, encontra óbice frente a referida Lei Estadual 16.496/10, motivo pelo qual se faz necessário sanar o vício de constitucionalidade por meio da emenda substitutiva anexa, nos termos do art. 137, § 2º, do RIALEP.

**CONCLUSÃO**

O Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da emenda substitutiva (substitutivo geral) anexa.

Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 564/11**

**Súmula:** "Insera o parágrafo único, ao artigo 1º da Lei Estadual nº 16.496, de 12 de maio de 2010".

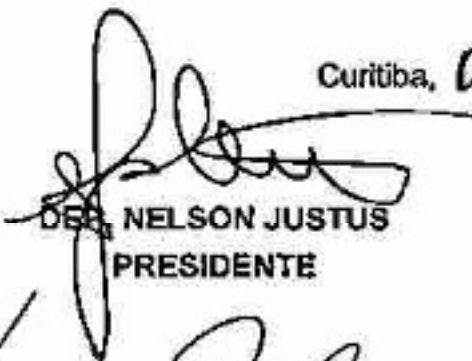
Art. 1º. O artigo 1º, da Lei 16.496, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com o parágrafo único, que contará com a seguinte redação:

**\*Art. 1º. [...]**

Parágrafo único: apesar de acomodados no mesmo ambiente, os produtos *light* e *diet* devem ser dispostos de forma totalmente separada, com indicação clara e destacada de cada tipo de produto."

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI Nº 564/11

Projeto de Lei nº 564/11

Autor: Deputado ROBERTO ACIOLLI

**Síntese:** Determina a obrigatoriedade de que os mercados e supermercados disponham os produtos diets e lights em locais totalmente separados e com indicações totalmente visíveis.

**Ementa:** Os mercados, supermercados e demais estabelecimentos comerciais que comercializam alimentos no Estado do Paraná ficam obrigados a dispor os produtos lights em locais totalmente separados dos produtos diets, devendo conter indicações dos produtos em letras grandes e totalmente visíveis.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado ROBERTO ACIOLLI determina a obrigatoriedade de que os mercados e supermercados disponham os produtos diets e lights em locais totalmente separados e com indicações totalmente visíveis.

FUNDAMENTAÇÃO

*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

CONSIDERANDO a necessidade de proteger a saúde dos consumidores de alimentos e bebidas dietéticas; os riscos que alguns produtos dietéticos podem ocasionar à saúde da população, especialmente aos diabéticos, obesos, atletas, idosos e crianças; a necessidade de controlar a qualidade dos alimentos bebidas dietéticas comercializadas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei na forma da emenda substitutiva (substitutivo geral) por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

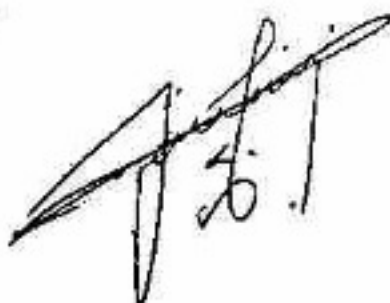


COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.  
PRESIDENTE DEPUTADO ANDRÉ BUENO.

Sala das Comissões, 09 de Novembro 2011



Relator  
Nelson Garcia





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**



**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos  
Vice-Presidente: Deputado Adeline Ribello  
Membros Titulares: Deputado Cláudio Kleber - Deputado Heron Moura  
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Lúcio - Deputado Párcio de Mello

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Parecer ao Projeto de Lei n. 564/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e  
Comissão de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta  
Comissão de Defesa do Consumidor;

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do  
Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se  
sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem  
como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do  
consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Roberto Acioli, a obrigatoriedade  
legal de que os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná disponham  
os produtos "diets" em local totalmente separado dos produtos "lights".

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que a disponibilização de tais produtos no mesmo local pode gerar confusão na sua escolha e consequente prejuízo à saúde daquelas pessoas que somente poder consumir produtos dietéticos

D. L.  
Fls. 28

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 564/2011.

Sala de Reuniões,

06/12 de 2011.

Deputado Leonaldo Paranhos  
Presidente

Deputada Rose Litro  
Relatora

*[Handwritten signatures and marks]*



## **PARECER**

Projeto de Lei nº 564/11

Autor : Deputado Roberto Aciolli

**Súmula :** Determina a obrigatoriedade de que os mercados e supermercados disponham os produtos **DIETS** e **LIGHTS** em locais totalmente separados e com indicações totalmente visíveis.

## **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei , do Deputado Roberto Aciolli tem como finalidade obrigar os mercados e supermercados do Estado do Paraná a dispor os produtos **LIGHTS** e **DIETS** em locais totalmente separados. Os produtos acima mencionados deverão conter indicações em letras grandes e locais totalmente visíveis.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto recebeu parecer favorável da CCJ , parecer favorável da Comissão de Indústria e Comércio, e parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor.

Com grande número de diabéticos em nosso estado, os produtos **lights** estão sempre dispostos próximos aos produtos **diets** e a grande maioria dos diabéticos sofrem de problema de visão, tendo grande dificuldade em ler os rótulos e letras pequenas o que os leva a adquirir produtos **lights** acreditando que se trata de produtos **diets**. Importante ressaltar que os produtos **lights** não foram produzidos para diabéticos.



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de lei.

Sala de reuniões em 12 de 12 2011

DR. BATISTA  
PRESIDENTE

Nelson  
NELSON LUERSEN  
RELATOR

2011



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Is. 02

LIDO NO EXREDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUL 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 568/11

Ementa: INSTITUI A SEMANA DE  
PREVENÇÃO E COMBATE À  
VIOÊNCIA E MAUS TRATOS  
CONTRA IDOSOS.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, a  
Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos  
Contra Idosos, a ser realizado na 1ª semana de outubro de  
cada ano.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA

Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA



O presente projeto de lei visa, instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos, a ser comemorado na 1ª semana de outubro de cada ano.

A Semana de prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos terá como escopo implantar, desenvolver, monitorar ações de políticas públicas voltadas a proteção desta grande parte da população brasileira, haja vista que o aumento da expectativa de vida no país, vem sinalizando um delineamento de significativa mudança no perfil democrático. Tal perspectiva tem merecido atenção dos poderes constituídos. No Brasil havia 7,5 milhões de idosos em 1980 e estima-se que em 2020 esse número esteja em torno de 30 milhões, o que representa um crescimento de 280%.

Neste diapasão, importantes mudanças eclodem no perfil da saúde nas populações que envelhecem entre elas o acréscimo do número de óbitos por doenças crônicas degenerativas; o aumento da necessidade de leitos hospitalares e de consultas ambulatoriais; o aumento da prevalência de incapacidades e, conseqüentemente, das necessidades de reabilitação; e o incremento no consumo de medicamentos.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 568/11**

Projeto de Lei nº 568/11

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: Institui a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos.

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA IDOSOS. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, objetiva instituir a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos, a ser comemorado na primeira semana de outubro de cada ano.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

**Art. 190.** A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**  
**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandra. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas. São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e da técnica legislativa

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck*

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 568/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idoso, a ser realizado na 1ª semana de outubro de cada ano.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável para o prosseguimento normal da propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo implantar, desenvolver, monitorar ações políticas públicas voltadas a proteção dos idosos.

O autor do projeto em sua justificativa expõe brilhantemente o fato de que a população idosa vem aumentando gradativamente, haja vista o aumento na expectativa de vida, o que impõe a necessidade de se instituir importantes mudanças no perfil democrático, considerando o perfil da saúde destas pessoas.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 20/10/11.

ROSE LITRO  
Presidente

MARLA TURECK  
Relatora





**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**

D. L.  
24  
9

**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 568/2011**

O referido Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por escopo instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra o Idoso, a ser realizado na 1ª semana de outubro de cada ano.

Observa-se que a presente matéria já recebeu parecer favorável tanto da Comissão de Constituição e Justiça quanto da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, visto encontrar-se em plena consonância com os ditames constitucionais, conforme o que dispõe no artigo 24 da Carta Magna e demais dispositivos legais.

Há também de se ressaltar que o Projeto em tela vem ao encontro do que dispõe o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa do Governo Federal, Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI) e dos movimentos sociais.

Tais projetos visam estabelecer as estratégias de ação, planejamento, organização, controle, acompanhamento e avaliação de todas as etapas da execução das ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

E nesse entendimento, o Projeto ora relatado, em suma, irá promover ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003), pois trará oportunidades aos cidadãos de se manifestarem contra o enfrentamento da exclusão social e de todas as formas de violência contra esse grupo social.

7



**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**

D. L.

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Para que esse processo de informação e de ações dissemine-se pela sociedade, torna-se necessário explicar às comunidades e os agentes públicos o papel das instituições que possuem a responsabilidade de proteger as pessoas idosas e estimular as autoridades responsáveis por essas instituições a agir adequadamente, de maneira que os cidadãos não tenham medo de denunciar qualquer situação de violência ou maus-tratos praticados contra o idoso.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 07/12/2011

TADEU VENERI  
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 612/11

**ADO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 08 AGO. 2011

*Ruy*  
**1º Secretário**

**Súmula:** Insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), a qual se realiza anualmente no mês de agosto, no Município de Prudentópolis-PR.

Art. 1º. Fica inserida no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), a qual se realiza anualmente no mês de agosto, no Município de Prudentópolis-PR.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2011.

*Marcelo Rangel*  
**Marcelo Rangel**  
Deputado Estadual

15115 08/08/2011 08:03:53 AT FENAFEP PROJETO DE LEI Nº 612/11



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**Justificativa**

A Festa Nacional do Feijão Preto - FENAFEP é considerado um dos maiores eventos realizados no Centro-Sul do Estado do Paraná.

A municipalidade organiza o evento em um amplo Centro de Eventos, com ampla infraestrutura e espaços para diversas finalidades. A festa é realizada nos dias próximos a data de aniversário da cidade, dia 12 de agosto.

A festividade tem por objetivo principal divulgar a potencialidade do município como o maior produtor de feijão preto do País e o oitavo maior produtor de feijão de todas as variedades existentes e solidificar essa posição, dando um incremento e incentivo aos produtores locais, através de um trabalho de assistência e apoio na produção.

As atrações e eventos que acontecem nesta festividade são variadas e atendem a diversos tipos de público, desde o visitante da festa até aos produtores e expositores. Tendo como carro-chefe das atrações o feijão, buscou-se oferecer inúmeras alternativas de visitação, diversão e participação.

Destaque-se a realização da Maior Feijoada do Brasil, a qual é preparada em uma panela de 2 metros de altura que pesa 12 toneladas, e que segundo o Guinness Book é a maior do mundo.

Dessa forma, resta claro que tal festividade merece nossa homenagem, incluindo-a no Calendário Turístico Oficial Estadual.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 612/11**

**Projeto de Lei nº 612/11**

**Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel**

**sumula:** Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Nacional do Feijão Preto - FENAFEP"

**EMENTA:** INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A "FESTA NACIONAL DO FEIJÃO PRETO - FENAFEP" NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Nacional do Feijão Preto - FENAFEP", que se realiza no anualmente do mês de agosto, próximo a data de aniversário da cidade, dia 12 de agosto.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar em concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apolo e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. 1.13  
Fls. 2

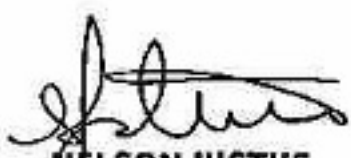
brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.


Portanto, não há óbice ao prosseguimento do projeto.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de out de 2011.

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 612/2011**

Projeto de Lei nº. 612/2011

Autor: Deputado Marcelo Rangel.

Sumula: Inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), a qual se realiza anualmente no mês de agosto no Município de Prudentópolis - PR.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Festa Nacional do Feijão Preto (FENAFEP), realizada anualmente no mês de agosto, no Município de Prudentópolis.

Tal festa se realiza nos dias próximos a data de aniversário da cidade, dia 12 de agosto, é considerada um dos maiores eventos do Centro-Sul do Estado e conta, além da realização da maior feijoada do Brasil, com atrações e eventos variados, que atendem a diversos tipos de público.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 18/10/2011, tendo como relator o nobre Deputado Edson Praczyk, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o






*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.


Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.



DEPUTADO ANIBELLI NETO  
Presidente



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS  
Relator



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE CULTURA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 612/11

#### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O Deputado Estadual Marcelo Ranges propôs o Projeto de Lei nº 612/2001, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná, a "Festa Nacional do Feijão Preto - FENAFEP" a ser realizada anualmente, no mês de agosto, no Município de Prudentópolis.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Ilustre Deputado Pastor Edson Praczyk, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que, por sua vez, aprovou-o seguindo o parecer do Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### **II – MÉRITO**

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural, inclusive porque, em alguns casos, chegam a significar importante aspecto econômico local.

R



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Vale destacar, ainda, que a inserção de uma festa com tamanha importância local no Calendário Oficial do Estado, contribui sobremaneira para a sua realização, inclusive porque possibilitará que o Município bem como a sociedade civil da localidade consigam arrecadar fundos para a realização da festa, valorizando o bem imaterial já enraizado naquela cultura.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

## **III - CONCLUSÃO**

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


**DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO**  
**PRESIDENTE**


**DEPUTADA MARLA TURECK**  
**RELATOR**

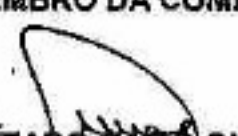


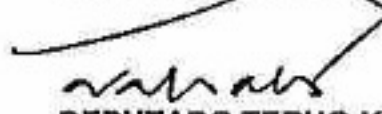
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

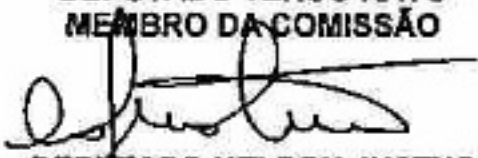
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

  
DEPUTADO RASCIA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 693/11**

**Projeto de Lei nº 693/11**

**Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost**

**PREFÁCIO**

O presente projeto de Lei objetiva instituir o Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita, que será comemorado anualmente no dia 12 de junho, a fim de que sejam realizadas ações para a conscientização da necessidade de realizar exames para um diagnóstico preventivo e se possível detectá-la ainda na vida intra-uterina.

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.

Fis. 14

A Constituição Estadual determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

**Art. 190.** A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Público estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

**§ 2º** A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção e conscientização, todavia, tão somente para atribuir um dia por ano sobre a importância de exames preventivos.

Diante disso, considerando que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificando os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, tendo em vista a exclusão de parte da redação do Artigo 2º do presente



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.

Fls. 160


Projeto de Lei, por redundância, sugere-se a Emenda Supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVÂNDRO JUNIOR  
RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 12


Emenda Supressiva - Projeto de Lei nº 693/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em sua data de publicação.

Saía das Comissões, em 06 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.  
19  
8.

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 693/11

O Projeto de Lei nº 693/11, em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", a ser comemorado anualmente no dia 12 de junho.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o Projeto de Lei exarou parecer favorável, apresentando emenda supressiva.

Trata-se de proposição que estabelece um dia no calendário oficial do Estado, alusivo à conscientização da cardiopatia congênita, onde através de ações de divulgação se exporá à população a necessidade da realização de exames para obtenção de diagnóstico preventivo, buscando proporcionar ao portador da doença uma melhor qualidade de vida.

Esta Comissão chamada a emitir parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, entende tratar-se de importante medida para a saúde da população paranaense, e dessa forma manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em apreço, opinando pela APROVAÇÃO na forma da emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/11.

Deputado Toninho Wandscheer  
Relator

Deputado Dr. Batista  
Presidente





LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO D.L.  
Em. 20 SET. 2011  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 758/11

Súmula: Denomina Atilio Palmonari, trecho da Rodovia Estadual PR-422.

Art. 1º- Fica denominado de Rodovia Atilio Palmonari, o trecho da Rodovia Estadual PR-422, 422S0050EPR, entre a Rodovia PR-151 e o Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 2011.

ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual





## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa denominar de Rodovia Atilio Palmonari, o trecho da Rodovia Estadual PR- 151.

Considerando que o senhor Atilio Palmonari era maior produtor de Banana do estado do Paraná, onde nasceu e se criou neste município de Santana do Itararé, conhecido pela região inteira pelo seu grande porte de produção agrícola do Norte Pioneiro, principalmente na produção de banana e hoje seus familiares também trabalham neste mesmo empreendimento.

Além do mais, o saudoso Atilio Palmonari foi uma pessoa íntegra e exemplar e contribuiu muito no crescimento e desenvolvimento deste município, bem como, do nosso Estado pelo alto nível de produção agrícola e pecuária.

“É, pois justa, que receba esta honraria pelo currículo que apresentou em sua trajetória sentimos-nos honrados em prestar esta singela homenagem a uma pessoa que tanto lutou pelo desenvolvimento e crescimento de nosso município e do Estado do Paraná com lealdade, dignidade, seriedade, honestidade e determinação em busca de uma sociedade mais digna e justa para todos”.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO 758/2011**

Projeto de Lei nº 758/2011  
Autor: Deputados Alexandre Curi

Súmula: Denomina Atílio Palmonari,  
trecho da Rodovia Estadual PR-422,

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE  
RODOVIA. NECESSIDADE DE  
AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE  
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.  
OFÍCIO DO DER INFORMANDO QUE O  
TRECHO A SER DENOMINADO NÃO  
POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-  
EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE.  
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo denominar de Atílio Palmonari, a Rodovia Estadual – PR-422, entre a Rodovia PR-151 e o Município de Wenceslau Brás, tendo como objetivo homenagear o produtor de Banana Atílio Palmonari, tendo em vista sua importância para o Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARANÁ** verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

52ª A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabeleça, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

**Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)**


Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Marcelo Rangel  
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner  
MEMBROS

Deputado Adalino Ribeiro; Deputado Ademir Biar; Deputado Elton Walter;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tenue Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 758/2011**

Projeto de Lei nº 758/2011  
Autor: Deputado Alexandre Curi

**Súmula: Denomina Atilio Palmonari,  
trecho da Rodovia Estadual PR-422**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 758/11, de autoria do Deputado Alexandre Curi, denomina Atilio Palmonari, trecho da Rodovia Estadual PR-422.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 758/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar denominação a uma rodovia, com parecer favorável do Departamento de Estradas e Rodagens. Tal proposição, faz uma honrosa homenagem ao Sr. Atilio Palmonari, um morador ilustre do Município de Cidade Santana do Itararé, que em muito dignificou o crescimento do município, exerceu vários cargos de importante destaque, contribuindo de forma grandiosa para com o crescimento da Região.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Destacamos a importância de tal denominação, vindo de encontro ao interesse público em homenagear um cidadão tão ilustre e que faz parte da história do nosso Estado.

Desta forma, o **Projeto de Lei 758/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

### **III - CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

### **IV - VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.





Desta forma opto pela Aprovação do referido Projeto de Lei 758/11, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 13 de dezembro de 2011.*



**MARCELO RANGEL**  
Presidente da Comissão



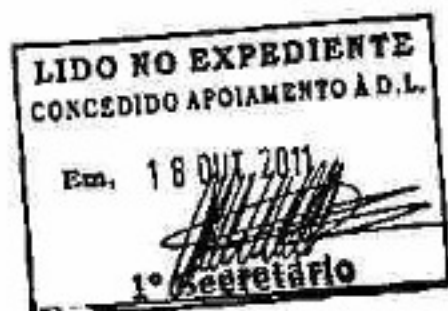
**Francisco Bührer**  
Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Hermas Junior

PROJETO DE LEI N.º 818/11



SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO  
HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO  
SENHOR JAYME CANET JUNIOR

Art. 1. É concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ex-Governador Jayme Canet Junior.

Art. 2. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em

HERMAS JUNIOR

DEPUTADO ESTADUAL

16118 18/10/2011 08:03:27 DT RECEBIDA LEGISLATIVA DO PARANÁ



### JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora proposto visa homenagear através desta Casa de Leis, o Ex-Governador do Estado do Paraná, o Sr. Jayme Canet Júnior, pelo reconhecimento dos serviços prestados em benefício de nosso Estado.

Adiante, segue curriculum vitae do homenageado, confirmando o mérito da sua indicação ao Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Jayme Canet Júnior nasceu em Ourinhos, Estado de São Paulo, dia 19 de Janeiro de 1925, filho de Jayme Canet e Anita Lopes Canet. Fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar 19 de Dezembro, em Curitiba, e no Colégio Belmiro Cesar. O pré-universitário no antigo Colégio Paranaense. Ingressou no curso superior na Escola de Engenharia, mas não concluiu a carreira universitária, optando pela atividade no comércio e agricultura.

Prosperou nessa área, tendo representado o Paraná na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café. Engajou-se efetivamente na política, na campanha eleitoral de 1960, ao apoiar e coordenar a campanha do Governador Ney Braga. Fez o mesmo na sucessão de Ney, ao exercer papel preponderante ao movimento político que levou Paulo Pimentel ao Palácio Iguaçu.

Ocupou importantes cargos na administração pública: presidente da empresa Café do Paraná, do Banco do Estado do Paraná e vice-governador no período de 1973-1975. Eleito governador, pela Assembleia Legislativa a 03 de outubro de 1974, tomou posse a 15 de março do ano seguinte. Ao empossar-se, declarou: "Temos profunda consciência do pesado encargo que representa governar quase dez milhões de paranaenses, em um momento em



que o Estado deixa condição secular de essencialmente agrícola e se transforma em predominantemente agroindustrial".

Cafeticultor e pecuarista, e com grande experiência em administração gerencial, realizou um governo dinâmico e progressista. Contou com o clima de Brasília inteiramente favorável ao Paraná, numa fase de grande influência das lideranças paranaenses na administração federal. Tal apoio logístico, político e administrativo, muito lhe valeu na consecução dos altos objetivos a que se propôs. Durante seu período de governo o Paraná deu enorme salto, em todos os setores, experimentando notável crescimento econômico. A agricultura modernizou-se, com a mecanização agrícola e produção de 12 milhões de toneladas de grãos.

Entrou numa fase de acentuada pesquisa tecnológica com o IAPAR e outros organismos técnico-científicos. No campo da energia elétrica, a rede de transmissão e distribuição assinalou significativa expansão. De 11.500 quilômetros de linhas, passou para 20.000 quilômetros. A eletrificação rural alcançou 4.350 quilômetros de extensão.

Desenvolveram-se programas de saneamento, combate à erosão e vacinação em massa. As unidades sanitárias atingiram índices expressivos na assistência à população do interior. O Instituto de Assistência ao Menor remodelou os métodos de atenção aos problemas do menor, mediante duas linhas de ação: a terapêutica e a preventiva. Os serviços de fornecimento de água da Sanepar atingiram 242 sedes municipais e 27 distritos. O consumo industrial de energia elétrica aumentou em 86%. A Telepar espalhou suas redes e linhas de microondas de forma a atender 415 localidades, inclusive na zona rural, DDD em 139 cidades. A capacidade de armazenamento cresceu de 180 toneladas para 440 durante sua gestão governamental.

O impressionante crescimento demográfico obrigou o governo a estabelecer planejamentos adequados. O desenvolvimento econômico teve como complemento a promoção do homem e a distribuição dos frutos do



enriquecimento da sociedade. Houve nesses quatro anos acréscimo superior a 50% na oferta de oportunidades educacionais.

Foi, todavia, no setor rodoviário que esse governo deixou as marcas da sua operosidade. Foram pavimentados 4.119 quilômetros de rodovias paranaenses, facilitando os meios de transporte e comunicação entre todas as regiões-econômicas do Estado. Grandes projetos sociais foram postos em execução. Na área penitenciária introduziram-se métodos modernos de reintegração do egresso. Criaram-se vários programas pioneiros, entre os quais o "Programa Themis", "Instituto de Ação Social Laertes Munhoz", Patronatos e outras inovações. Fez-se a reforma administrativa, enxugando a estrutura burocrática e agilizando os meios de administrar com racionalidade e eficiência. Foi realmente um extraordinário período de progresso social e prosperidade econômica.

Após concluir seu governo, com as modificações políticas que se operaram no país, Jayme Canet Junior formou liderança própria. Fundou o Partido Popular, depois absorvido pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Como reconhecimento pelo apoio que assegurou à Educação, foi-lhe concedido o título de "Doutor Honoris Causa" pela Universidade Federal do Paraná.

Por isso, pedimos aos nossos pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 818/2011**

**Projeto de Lei nº 818/2011**

**Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Junior**

**Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR JAYME CANET JUNIOR.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná AO SENHOR JAYME CANET JUNIOR.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 13

4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.  
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

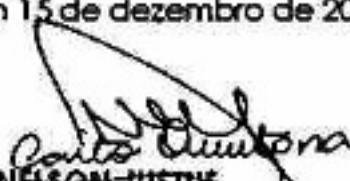
D. L.  
Fls. 14

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
Relator







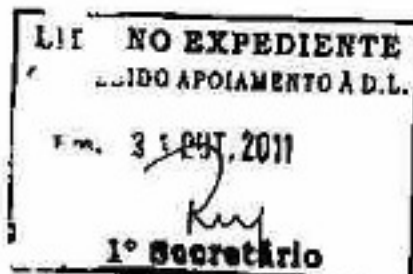


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI n.º 861 /11



## SÚMULA

Institui o mês "Agosto Azul", dedicado ao desenvolvimento de ações que visem à integralidade da saúde do homem.

Art. 1º. Fica instituído no Estado do Paraná o mês "Agosto Azul", celebrado anualmente no mês de agosto, dedicado à realização de ações preventivas à integralidade da saúde do homem.

Art. 2º. Fica instituído como símbolo do mês "Agosto Azul", uma gravata borboleta na cor azul.

Art. 3º. No mês "Agosto Azul", o Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e com entidades civis, realizarão campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde do homem, priorizando:

- I - cardiologia;
- II - urologia - câncer de próstata;
- III - saúde mental;
- IV - gastroenterologia;
- V - pneumologia.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2011.

  
CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

Segundo dados apurados pelo Sistema Único de Saúde no ano de 2008, aproximadamente 75% das enfermidades e agravos da população masculina entre 25 e 59 anos está concentrada em cinco grandes áreas especializadas: cardiologia, urologia, saúde mental, gastroenterologia e pneumologia.

Em 2009, estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca) é de que 49.530 homens tiveram câncer de próstata. Esse número representa 52,43 casos da doença a cada 100 mil homens. Assim o câncer de próstata está entre os mais frequentes, só superado pelo câncer de pele não-melanoma. Ainda de acordo com o Inca, a taxa de mortalidade por câncer de próstata passou de 6,31 em 1979 para 13,93 em 2006, um aumento de 120%.

A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) promove, anualmente, no dia 15 de julho o Dia Nacional da Saúde do Homem, desenvolvendo uma campanha de prevenção, com o intuito de informar sobre a importância do tratamento e cuidados da saúde masculina, bem como, alertar para os sintomas relacionados às doenças comuns na fase madura e o diagnóstico e o tratamento endocrinológico precoces.

Somente a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, por não ser uma entidade pública, não pode propor um Projeto de Lei, e apesar do mérito das suas campanhas, razões pelas quais proponho o Presente Projeto de Lei que facilitará também o desenvolvimento da campanha do SBEM.

Este projeto pretende alertar não só para a necessidade do Exame de Toque, ou, os exames de sangue do preventivo do Câncer de Próstata, como da Síndrome Metabólica e do Hipogonadismo de origem central.

Enfim, esta será uma campanha de prevenção que poderá ser inserida na Política Pública de Saúde do Governo do Estado, e, por essas razões peço o apoio dos meus nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

L.  
13  
1

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 861/11**

**Projeto de Lei nº. 861/11**

**Autor: Deputada Cantora Mara Lima**

**Súmula:** Institui o Mês "Agosto Azul", dedicado ao Desenvolvimento de ações que visem à integralidade da saúde do homem.

**EMENTA:** INSTITUIÇÃO DO MÊS "AGOSTO AZUL", DEDICADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE VISEM À INTEGRALIDADE DA SAÚDE DO HOMEM. MANIFESTAÇÃO CULTURAL POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

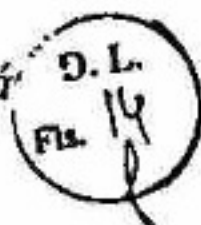
**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva instituir o Mês "Agosto Azul", a fim de que sejam realizadas ações de prevenção não apenas ao câncer de Prostata, mas também das demais doenças que afetam sexo masculino.

**FUNDAMENTAÇÃO**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 15

Corroborar deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.  
(Grifo nosso)

O A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

O A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;  
(...)

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifo nossos)

O Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (Grifo nosso).

O Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e



recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um mês para a conscientização do homem e de toda uma sociedade sobre a importância da prevenção à saúde masculina.

Em sede de informação, existe a Lei 16.207 de 10/08/2009, a qual instituiu no calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, que é realizada anualmente na terceira semana de outubro.

Diante disso, considerando que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**CONCLUSÃO**

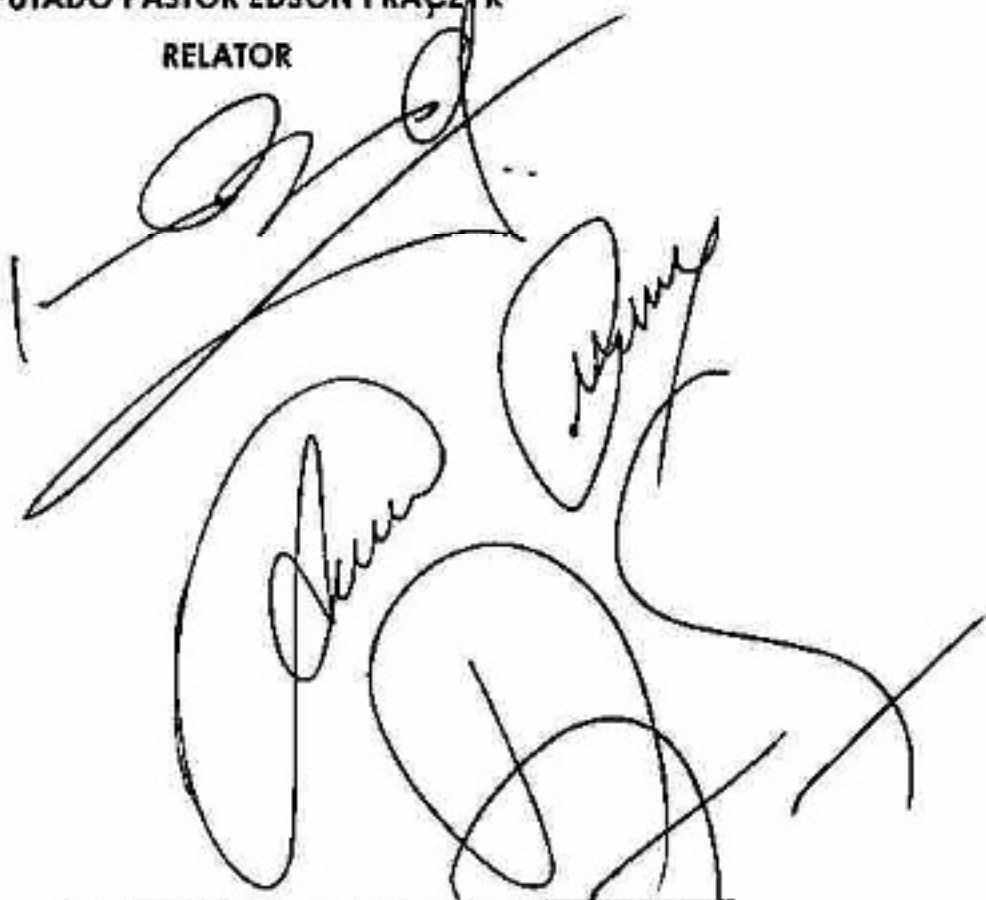
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck*



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 861/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cantora Mara Lima, que institui o mês agosto azul, dedicado ao desenvolvimento de ações que visem à integralidade da saúde do homem.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade fazer com que o Poder Público em parceria com a iniciativa privada e com entidades civis, no mês "Agosto Azul", realize campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde do homem.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

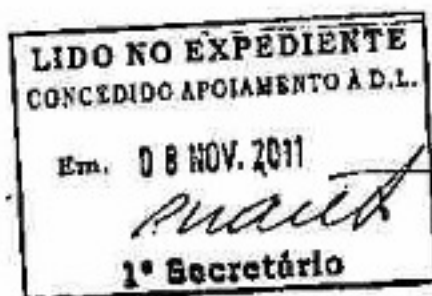
Sala das Comissões, em      de dezembro de 2011.

DR. BATISTA  
Presidente

MARLA TURECK  
Relatora



## PROJETO DE LEI Nº 874 /2011



**Súmula:** Reconhece a Cidade de Pitanga como Marco Geodésico Histórico do Paraná pelos motivos que especifica.

**Art. 1º** - Fica reconhecida como "CIDADE HISTÓRICA" a Cidade de PITANGA por ser historicamente o "Centro Geodésico do Paraná".

**Art. 2º** - Fica a Cidade de Pitanga incluída no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná, como Centro Geodésico Histórico do Estado.

**Art. 3º** - Toma o dia 28 do mês de Janeiro de cada ano, já tradicionalmente celebrado, com a data oficial comemorativa da emancipação da Cidade de Pitanga.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2011.

ARTAGÃO JÚNIOR  
DEPUTADO ESTADUAL





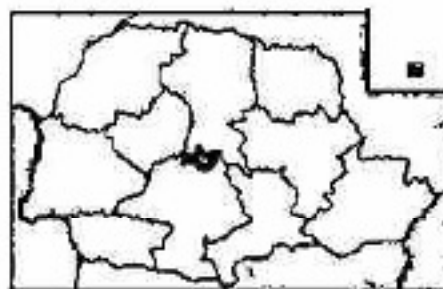
## JUSTIFICATIVA



**PITANGA** – o Município de Pitanga criado pela Lei n° 199/1943 de 30/12/1943. Porque Pitanga deve ser elevada a categoria de **CIDADE HISTÓRICA**? A resposta não exige muito esforço nem muita pesquisa. É porque se localiza no centro geodésico do Paraná, cujo marco foi fixado dentro da área que hoje é o quadro Urbano da Cidade. O termo geodésia ou

geodesia (do grego) "geo" - "terra", e "desia" - "dividir", foi usado, pela primeira vez, por Aristóteles (384-322 a.C.), e pode significar tanto "divisões geográficas da terra" como também o ato de "dividir a terra" (por exemplo entre proprietários). A geodésia é, ao mesmo tempo, um ramo da geociência, que trata do levantamento e da representação da forma e da superfície da terra (Definição clássica de Helmert), global e parcial, com as suas feições naturais e artificiais e o campo gravitacional da Terra.<sup>1</sup>

**Localização** - Localizada no centro do Estado, Pitanga possui uma área de 1.663,747 km<sup>2</sup> representando 0,8347 % do estado, 0,2952% da região e 0,0196 % de todo o território brasileiro. Localiza-se a uma latitude 24°45'25" sul e a uma longitude 51°45'39" oeste, estando a uma altitude de 952 m. Sua população estimada em 2005 era de 34.607 habitantes. Pela própria localização geográfica que ocupa no mapa cartográfico do Paraná, bem como a sua localização natural, pode-se dizer que Pitanga está no coração do nosso estado.



**História** - Há muitas discussões em torno da razão para o nome da cidade de Pitanga. O seu significado é de origem tupi (ubapitanga) e quer dizer "fruto vermelho da pitangueira", mas o porquê de batizar a cidade com esse nome ainda é uma lenda que perdura. Povoado da Serra da Pitanga – foi palco da revolta dos índios Kaingangues no mês de abril de 1923. Mantém ativa e conservando o seu antigo traçado a estrada que liga a Rocandor e Campo Mourão, construída por Manoel Mendes de Camargo, proprietário da primeira casa comercial de Pitanga<sup>2</sup>, por ele se deu a colonização do norte e nordeste do Estado do Paraná. Uma estrada tão importante quanto a famosa e lendária estrada da Graciosa. Foi também palco da revolta do Grilo do Tigre, fato que

<sup>1</sup> Adaptado Wikipédia.

<sup>2</sup> Abril Violento de Manoel Borba de Camargo in Base Editora.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



abalou a opinião pública com reflexos no poder judiciário. Na área do seu quadro Urbano, no ano de 1939, caiu um avião pilotado pelo Capitão Délio Jardim de Mattos, que posteriormente veio a ser Ministro da Aeronáutica, que panfletando o povoado alertando a população sobre a aproximação de um grupo de foragidos da delegacia de Guarapuava que vinham com o propósito de assassinar várias pessoas e que o Interventor Manoel Ribas e o Prefeito de Guarapuava, estavam enviando um contingente policial para captura dos meliantes.

Alguns dizem que quando os colonos acampavam nesta região, se "hospedavam" onde hoje é o cemitério municipal, e lá ficam à sombra de uma pitangueira; outros contam que quando os colonos estavam chegando na região avistavam no alto de uma serra três árvores de pitanga. A região era totalmente habitada por índios de diversas tribos. Os índios viviam do trabalho comunitário, todos trabalhavam por todos. O trabalho da tribo era realizado por todos, mas com uma divisão por idade e sexo. As mulheres eram responsáveis pelo plantio, colheita e preparo dos alimentos, e cuidavam das crianças. Os homens eram responsáveis pela caça, pesca e a guerra. O cacique e o pagé têm funções diferentes na tribo: ambos não trabalham como os outros índios - caçando, pescando ou guerreando. O pagé era uma espécie de líder espiritual, recebia mensagens dos deuses e repassava para a tribo; também era conhecedor das ervas e chás medicinais. O Cacique era responsável pela organização da tribo e orientação dos índios.

### **A CHEGADA DOS COLONOS**

Por volta de 1900 já se encontram sinais de moradores nesta região. A região de Pitanga abordava o que hoje é o município de Campo Mourão e o de Guarapuava. Em meados de 1910 foi erguida a primeira capela em homenagem a Santa Ana.

Na região onde realmente fica Pitanga hoje, só começaram a existir moradores a partir de 1914, que vieram da região de Prudentópolis, "...trazendo a Pitanga seus corações cheios de esperança... Venceram grandes atoleiros para chegar em carroções puxados por 6 ou 8 cavalos, carregando seus pertences, sementes, mantimentos e família" (Terezinha Aguiar Vaz, *Lendário Caminho do Peabiru na Serra da Pitanga*, 2002, p. 77).

O acesso que dava ao Mato Grosso do Sul era feito através de Pitanga. Pitanga alguns anos após se torna região criadora de porcos, que são tocados a cavalo para Ponta Grossa.

Por volta de 1918 já há casas comerciais na região de Pitanga, o que reflete que em poucos anos a cidade se desenvolvera. Também desta época há dados da existência de ferreiros, carpinteiros, marceneiros, sem contar que já existia um posto policial.



## **INVASÃO OU COLONIZAÇÃO**

Por volta de 1923, foi criada uma lei que privava os índios de algumas terras no Paraná, ou seja, desapropriaram. Os jornais da época faziam apologia para a "extinção do aldeamento São Jerônimo, cujas terras foram disputadas pelos importantes políticos paranaenses e fazendeiros. A liberação de terras indígenas a políticos locais reduziu suas reservas no Paraná e contribuiu para os conflitos, entre índios e colonos na Serra da Pitanga"

Por decreto nº 294 de 17 de abril de 1913, os índios perderam as terras na margem direita do rio Ivaí, em favor dos colonos, e os índios foram obrigados a ir para a margem esquerda do rio, o que causou grande revolta na comunidade indígena. "150 índios Kaingang atacaram Pitanga, sua antiga sede, dançando na Igreja que depois foi incendiada. Mataram Manoel Alves Lourenço e sua esposa Geraldina que estava grávida... Os índios entraram para tomar Pitanga. Manoel A. Lourenço chamou a família dizendo "Vamos sair porque essa gente não reza" e foi pegar os cavalos. Ai encontrou o índio Tocalo, seu conhecido, porque os índios eram de dentro da sua casa e falou "Tocaio, deixa tudo, a casa está aberta, pegue o que quiser", mas os índios o degolaram e cortaram a barriga de Geraldina que estava grávida. Foi o começo de tudo." (T.A.Vaz. op. cit. pp. 87 e 88)

A história oficial conta que os índios depois que invadiram Pitanga, foram dançar dentro da Igreja e depois atearam fogo nela. Segundo alguns moradores, a história foi um pouco diferente, pois na verdade segundo eles, os índios revoltosos foram encurralados na Igreja e fechados, o conflito terminou com muitas vidas perdidas, tanto para os índios quanto para os colonizadores.

## **HISTÓRIA MAIS RECENTE**

Por volta de 1940, Pitanga já tinha aproximadamente 13.000 habitantes e já havia em seus arquivos aproximadamente 2.000 registros de nascidos na "cidade". Dessa forma, notamos que a região estava crescendo rapidamente e com a isso a demanda comercial também aumentou. Para se ter uma ideia, nesta mesma época Pitanga exportava porcos para Ponta Grossa, animais que pesavam em torno de 90 kg, alguns se referem a 120 a 130 kg. A quantidade de porcos por viagem é incerta, mas de acordo com alguns dados que temos em algumas viagens chegaram a 500 porcos, tendo-se em vista viagens quinzenais para Ponta Grossa, pode ter-se uma ideia das proporções de lucros obtidos nesta época por alguns granjeiros.

As pessoas que não tinham condições econômicas suficientes nesta época também tiveram sua participação na história do município. Não se pode dizer que a vida dos moradores ou tropeiros era difícil, pois era esta a realidade daquele momento. Não diferente de outras cidades brasileiras, Pitanga foi uma cidade colonizada por europeus de vários países diferentes. Aos poucos foram chegando ucranianos, poloneses, italianos, alemães, e mais alguns com menor participação no desenvolvimento social. Por isso hoje se explica a diversidade





cultural encontrada em Pitanga, com danças, músicas, arquiteturas e alimentação típicas de cada grupo.

Pitanga só se municipalizou em 1944, mais precisamente no dia 28 de Janeiro. O primeiro presidente da Câmara Municipal foi o Sr. Otaciano Luiz Cunha

## **DEMOGRAFIA**

População total: 32.645<sup>3</sup>.

## **HIDROGRAFIA**

Rio Pitanga e Rio Ernesto.

## **CLIMA**

Temperado, mesotérmico e úmido. Temperatura média: Janeiro: 20,0°C; Julho: 11,0°C; máxima: 35,5°C; mínima: 19,8°C. Precipitação pluviométrica anual: 2.074,05 mm (último ano).

## **ECONOMIA**

Pitanga tem como principais indústrias a madeireira e da papéis. Principais atividades: agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, comércio e indústria de atividades primárias.

## **ADMINISTRAÇÃO**

**PREFEITO:** Alfair José Zampier (Zampier) - (PR) (2009/2012).

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Fabrício Duarte Holovka.

## **Referências**

- <sup>2</sup> *Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 11 de outubro de 2008.
- <sup>1</sup> IBGE (10 out. 2002). *Área territorial oficial*. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R. PR-5/02). Página visitada em 5 dez. 2010.

<sup>3</sup> Dados do censo de 2010 in [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas/pdf/total\\_populacao\\_parana.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas/pdf/total_populacao_parana.pdf)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



- <sup>1</sup> *Censo Populacional 2010 Censo Populacional 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). Página visitada em 11 de dezembro de 2010.
- <sup>2</sup> *Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil*. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Página visitada em 11 de outubro de 2008.
- <sup>3</sup> *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página visitada em 11 dez. 2010.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

PARECER AO PROJETO DE LEI 874/11

Projeto de Lei nº 874/11

Autora: Deputado Estadual Artagão Júnior

Súmula: Reconhece a Cidade de Pitanga como Marco Geodésico Histórico do Paraná, pelos motivos que especifica.

EMENTA: RECONHECE A CIDADE DE PITANGA COMO MARCO GEODÉSICO HISTÓRICO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Júnior, objetiva reconhecer a cidade de Pitanga como marco Geodésico Histórico do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007, 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça,  
ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos  
casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se  
enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo  
Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se  
que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando  
previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente  
Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e  
de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011

*Deputado Nelson Justus*  
Deputado Nelson Justus

Presidente

*Deputado Elio Rusch*  
Deputado Elio Rusch

Relator



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 874/11**

#### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O ilustre Deputado Artagão Júnior, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, apresentou o presente Projeto de Lei, reconhecendo a cidade de Pitanga como Marco Geodésico Histórico do Paraná.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Élio Rusch, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### **II – MÉRITO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre o reconhecimento da cidade de Pitanga como "Cidade Histórica" por ser historicamente o Centro Geodésico do Paraná. Consoante se verifica, este Projeto de Lei trata de questões históricas inerentes ao desenvolvimento cultural e patrimônio histórico.

R

R



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Isso porque, nos moldes do que consta na Justificativa apresentada pelo nobre parlamentar que apresentou a proposta legislativa, a cidade de Pitanga possui enorme importância do ponto de vista histórico, já que a história desta cidade em muito influenciou na cultura do Estado do Paraná. Desse modo, o presente projeto é providencial para a valorização da história cultura de nosso Estado, auxiliando para a concretização do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Alás, é de suma importância que o Legislativo, em sua atividade, atue para valorizar o patrimônio cultural material e imaterial, motivo pelo qual merece aprovação com os louvores desta Comissão.


## III – CONCLUSÃO

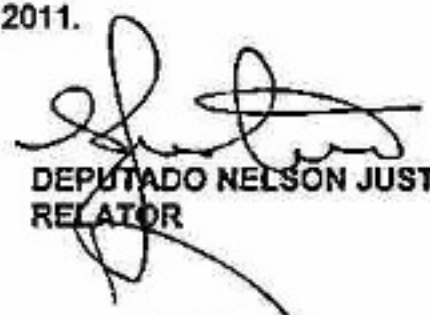
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

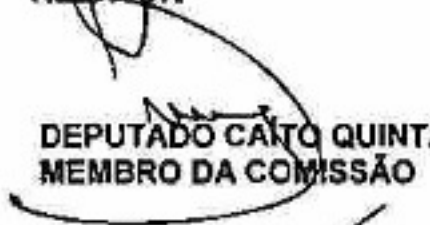
Curitiba, 12 de dezembro de 2011.

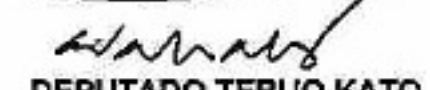
  
DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
RELATOR

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO